

O Impacto da Covid-19 na Agenda 2030: Educação de Qualidade e Igualdade de Gênero

Resumo:

Ao longo das inúmeras discussões acerca da necessidade de se buscar um denominador comum para o combate às desigualdades socioeconômicas e ambientais surge o 17 ODS's e suas 169 metas a serem cumpridas de forma coletiva até o ano de 2030. A emergência sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19 provocou a paralisação parcial ou total na atividade econômica ao nível mundial e impactou também as ações de construção da agenda 2030. Para tanto, temos como objetivo analisar os impactos da Covid-19 sobre os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero. Temos uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e com análise de conteúdo. Apesar de não termos uma resposta concreta acerca dos impactos da pandemia sobre os ODS 4 e 5, uma vez que a pandemia infelizmente ainda não acabou já podemos observar um abismo educacional inda mais profundo em termos de aprendizagem e oportunidades de acesso às tecnologias de ensino e aprendizagem e um expressivo aumento do número de casos de violência doméstica sobre as mulheres e sobrecarga da ocasionada pela ampliação da dupla jornada por elas desempenhada.

Palavras-chave: ODS4 e 5; Agenda 2030. Covid-19

Introdução

Desde a década de 1960, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável faz parte das pautas das conferências internacionais, e com a passar do tempo, problemáticas foram agregadas para que todos os países possam contribuir para o alcance desse desafio.

Muito se tem avançado nas discussões e nos acordos internacionais, mas a busca por erradicar a fome e a pobreza bem como proporcionar uma educação de qualidade e oportunidades iguais para homens e mulheres ainda constituem desafios globais.

Sabemos que a emergência sanitária provocada pela chegada do novo coronavírus colocou em evidência inúmeros desafios impactando direta e indiretamente todos os setores da economia, da sociedade e do meio ambiente.

O alcance dos resultados da Agenda 2030 também foi objeto de impacto, assim como os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero, objetos da nossa análise.

Em relação ao ODS 4: Educação de Qualidade para todos, o contexto da pandemia trouxe adversidades uma vez que esta área já era marcada pela desigualdade em diversas regiões, o problema se tornou ainda maior com o ensino à distância, provocando atrasos no desenvolvimento e aprendizado da população mais jovem e da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica bem como na sobrecarga e dificuldades enfrentadas pelos docentes em todos os níveis educacionais.

No plano da igualdade de gênero (ODS nº 5), havia um progresso mundial, já que, nos últimos tempos, cresceu o número de mulheres em postos de liderança e diminuiu a quantidade de meninas forçadas ao casamento em idade precoce. No entanto, a epidemia de coronavírus causou outros problemas: expôs um aumento de 30% na incidência de violência doméstica em função do confinamento, bem como maior demanda feminina em trabalho não remunerado. Isso sem mencionar os elevados índices de exaustão de trabalhadoras que, em teletrabalho, acumularam também tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Assim, para a construção deste texto utilizamos como base os documentos e levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), ONU Mulheres e Agenda 2030 com foco nos ODS 4 e 5: Educação de Qualidade para todos e Igualdade de Gênero.

Histórico do Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Goldemberg e Barbosa (2004), o final da década de 60 marca o início da disseminação dos ideais ambientalistas movidos pela preocupação com a situação do meio ambiente e seu impacto para as futuras gerações em vista do crescimento desordenado versus a necessidade de preservação dos recursos naturais. Mas, foi na década de 70, que o debate ganhou sustentação e escala mundial, a ONU, em 1972, realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, na Suécia, e foi nesse momento que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram apresentados ao mundo.

Com o despertar da preocupação com o meio ambiente, com a escassez de recursos e com as futuras gerações, confeccionou-se um documento final que representa o manifesto ambiental para os tempos atuais: A Declaração de Estocolmo (1972).

Dessa maneira, com o passar dos anos, a preocupação com a natureza foi se tornando cada vez mais presente na sociedade, sendo proposto o termo: Desenvolvimento Sustentável. Para Barbosa (2008, p. 3), Desenvolvimento Sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial, com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (MUNIZ; SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 258).

O termo possui três pilares: o meio ambiente, a economia e a sociedade, consolidado através de um estudo realizado pela ONU no Relatório Brundtland (1987), conhecido como: “Nosso Futuro Comum”, afirmando que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades (BARBOSA, 2008).

Por fim, Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como aquele “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo” (SACHS, 2010, p. 10).

Histórico das Conferências Mundiais

Após a industrialização e as Guerras Mundiais que trouxeram grandes impactos ao meio ambiente, a ONU realizou diversos eventos, fóruns, reuniões e conferências mundiais, que reuniram os principais líderes para debater sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nessas conferências, são acordadas metas, estratégias e ações com base no compromisso dos participantes para os anos seguintes, de forma a dar mais ênfase às consequências ambientais e a busca por um desenvolvimento econômico e social. (ONU, 2020).

A Conferência de Estocolmo foi a primeira realizada pela ONU que abordou o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente, ocorreu em 1972, reunindo 113 países e seus principais líderes. Esta Conferência teve o grande mérito de alertar o mundo para o malefício que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade como um todo. Teve o propósito de: reduzir a utilização de metais pesados na natureza, diminuir o uso de pesticidas na agricultura, melhorar a qualidade da água, debater sobre as mudanças climáticas e muitas outras metas. O fim da conferência estabeleceu os seguintes princípios: eliminação das armas nucleares, preservação dos mares, ajuda financeira e tecnológica a países em desenvolvimento e gestão consciente dos recursos naturais. (JONES JR, LACERDA, SILVA, 2005).

A Eco-92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi uma conferência realizada pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, contou com a participação de 178 países com o intuito de discutir sobre a degradação do meio ambiente e as futuras gerações. O resultado da conferência produziu os seguintes documentos: Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra. (MARTINS, 2002).

A Conferência das Partes (COP) é uma convenção sobre a mudança do clima, com o objetivo de analisar os impactos causados pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. A convenção objetivou estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa a um nível que impediria uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Foi durante a COP-1 em Berlim, com a presença de 117 países, que se estabeleceu o Mandato de Berlim, que teve como foco o consenso de todos os países para que pudessem realizar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa. (CETESB-SP, 2020).

Já na COP-2, realizada em 1996, em Genebra na Suíça, teve como instrumento para negociações o Relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ficando definido que os países em desenvolvimento poderiam enviar uma comunicação preliminar à convenção, solicitando um auxílio financeiro e tecnológico ao Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 2. Foi acordado também o estabelecimento de prazos e limites obrigatórios para a redução de gases de efeito estufa. (CETESB-SP, 2020).

Por fim, a COP-3, realizada em 1997, em Quioto no Japão, com a presença de 159 países, onde foi criado o Protocolo de Quioto definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

A ONU realizou em 2002 em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, com a participação de 189 países, que firmaram compromisso através da Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento (2002), de construir uma sociedade global humanitária, equitativa, solidária e ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Nessa conferência, a discussão não se limitou ao meio ambiente, mas foi ampliada às causas sociais principalmente no que tange à necessidade de redução em 50% do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (ONU, 2002). Para tanto, ao final do evento, dois documentos importantes foram construídos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. (ONU, 2002).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como RIO+20, no Rio de Janeiro em 2012, foi prestigiada por 188 países que renovaram o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Dois temas relevantes foram objeto central das discussões: A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza e a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável (governança internacional). (IPEA, 2012).

Ao final da conferência, houve a afirmação do compromisso e a confecção de um documento denominado: “O Futuro que Queremos”, bem como a proposta de criação de um Grupo de Trabalho Aberto (GTA) com o compromisso de desenvolver um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Além de estabelecer que os ODS deveriam ser coerentes e integrados com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, sendo a base fundamental para a construção da Agenda 2030 (ONU, 2012).

Agenda 2030: ODS 4 o ODS 5

A Agenda 2030 foi lançada em 2015, em Nova York, com a participação de 193 países membros. Trata-se de um documento composto por um conjunto de objetivos e metas universais que deverão ser concretizadas até o ano de 2030, com o objetivo de erradicar a pobreza, combater a desigualdade e extinguir a fome (ONU, 2015).

A Agenda 2030, é constituída por 17 objetivos que convergem entre si e integram temas como: consumo sustentável, mudança climática, desigualdade econômica, inovação, diversidade, paz e justiça. Desdobrando-se em 169 metas e cinco dimensões, que são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria (5Ps) (ONU, 2015)

Como podemos observar na Figura 1, a Agenda 2030 é composta por 17 metas a serem alcançadas por todos os países até o ano de 2030.

Figura 1 – Os 17 ODS da Agenda 2030



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020)

Dos 247 indicadores definidos para os 17 ODS, o Brasil antes da pandemia apresentava o seguinte cenário:

- 78 produzidos; 100 em análise ou construção; 56 sem dados; Além de 5 sem uma metodologia global e oito que não se aplicam.

Pelo que podemos observar, nossa realidade em relação aos indicadores definidos para os 17 ODS não era a ideal e a pandemia paralisou parte das ações em andamento.

ODS 4: Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A realidade do cenário educacional no mundo mesmo antes da pandemia de Covid-19 estava muito longe de ser alcançado frente ao prazo estabelecido pela Agenda 2030. Segundo dados da ONU, no final de 2019, milhões de crianças e adolescentes ainda estavam fora das salas de aula em todos os países do mundo. Além disso, mais da metade dos estudantes que frequentavam a escola não cumpriam os padrões mínimos de proficiência em leitura, interpretação textual e matemática.

Até então, a previsão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) era que, globalmente, um em cada seis cidadãos entre 6 e 17 anos ainda estivesse fora da escola em 2030. Com a pandemia este resultado não será alcançado até 2030.

A seguir, teremos os pontos mais específicos do ODS 4 bem como os compromissos do Brasil para o alcance de cada meta. Lembrando que estas informações são anteriores à pandemia e tem como fonte um levantamento realizado pela FGV (2019).

Meta 4.1

Nações Unidas: até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. **Brasil:** até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

Meta 4.2

Nações Unidas: até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário. **Brasil:** até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

Meta 4.3

Nações Unidas: até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. **Brasil:** Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

Meta 4.4

Nações Unidas: até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. **Brasil:** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Meta 4.5

Nações Unidas: até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. **Brasil:** até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

Meta 4.6

Nações Unidas: até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. **Brasil:** até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

Meta 4.7

Nações Unidas: até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos,

igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. **Brasil:** meta mantida sem alteração.

Meta 4.a

Nações Unidas: construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos. **Brasil:** ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

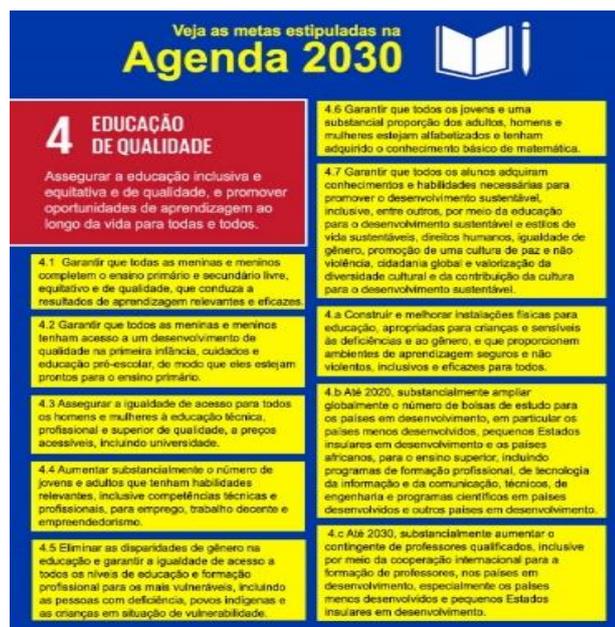
Meta 4.b

Nações Unidas: até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento. **Brasil:** até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

Meta 4.c

Nações Unidas: até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. **Brasil:** até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Figura 02: ODS 4 - Educação de Qualidade



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020)

ODS 5: Igualdade de Gênero

São inúmeros os avanços no século XX e início do século XXI acerca da igualdade de gênero. As mulheres tiveram mais acesso à educação e à saúde, redução pontual na pobreza bem como no número de casamentos precoces e na mortalidade materna. Porém, quase meio milhão de mulheres e meninas com 15 anos ou mais de idade ainda são analfabetas, entre os 25 e 34 anos, as mulheres têm 25% a mais de chance de viverem em extrema pobreza do que os homens e em relação ao casamento infantil, cerca de 12 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos anualmente no mundo.

Meta 5.1

Nações Unidas: 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todas as partes. **Brasil:** Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.2

Nações Unidas: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. **Brasil:** Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.3

Nações Unidas: Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. **Brasil:** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura,

religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.4

Nações Unidas: Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. **Brasil:** Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.

Meta 5.5

Nações Unidas: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. **Brasil:** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.6

Nações Unidas: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. **Brasil:** Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.a

Nações Unidas: Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. **Brasil:** Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.b

Nações Unidas: Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres. **Brasil:**

5.b.1br Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.b.2br Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.b.3br Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Meta 5.c

Nações Unidas: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Brasil:

Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, assim o ODS 5 se apresenta e se desdobra em nove metas, passando por questões como: violência, discriminação, reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e políticas de redução das desigualdades de gênero. A Figura 3, apresenta o ODS 5 com suas metas

Figura 3 - ODS 5: Igualdade de Gênero



Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020).

Pandemia de Covid-19 e o Impacto na Evolução dos ODS 4 e 5

Apesar da singela melhora nos indicadores educacionais brasileiros, antes da pandemia tínhamos cerca de 1,9 milhões de brasileiros em idade escolar que estavam fora das salas de aula, já era um cenário desfavorável.

A pandemia de Covid-19 mudou drasticamente o cenário educacional em todos os países do mundo. Segundo a ONU, o fechamento temporário ou permanente das escolas impactou direta e indiretamente o processo de aprendizagem, o desenvolvimento social e comportamental de crianças e jovens ao redor do mundo, são aproximadamente 1,6 bilhão de crianças e jovens o que equivale a 90% da população estudantil mundial que tiveram a sua rotina escolar alterada ou paralisada.

Porém, sabemos que o impacto atingiu ainda mais os estudantes de países e famílias com elevado grau de vulnerabilidade social evidenciando ainda mais as desigualdades sociais no mundo e no Brasil.

Ademais, ao analisar o impacto da pandemia no cenário educacional também fica evidente o contraste entre as realidades de estudantes de diferentes camadas da sociedade. Por exemplo, um dos maiores contrastes acerca da realidade estudantil deu-se em função da desigualdade digital: o fechamento das escolas direcionou o processo de ensino-aprendizagem para as aulas remotas por meio de ferramentas de tecnologia e de ensino. Contudo, muitos estudantes não dispunham de nenhuma alternativa viável para o acompanhamento das aulas bem como acesso à internet ou equipamentos como computadores ou similares que pudesse ser utilizados para o acompanhamento das aulas remotas.

A pandemia ainda não acabou e não sabemos quando poderemos voltar ao cenário de normalidade ou mesmo se teremos que nos adaptar ao “novo normal”. O que temos até o momento são previsões e estimativas

De acordo com Pereira (2020), a pandemia de Covid-19 colocou luz sobre a seguinte realidade do cenário educacional:

a) Realidade dos Discentes: 20 milhões dos domicílios no Brasil não possuem acesso à internet; 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em

casa. Em contrapartida, para os estudantes de escolas particulares, o índice é de 9% ; 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos (ou seja, 17% dos cidadãos dessa faixa etária) não têm acesso à internet em casa; Mesmo entre os alunos que dizem ter acesso à internet, a falta de ferramentas adequadas pode prejudicar o ensino a distância. Em um mapeamento nacional com estudantes da rede pública municipal, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) descobriu, por exemplo, que 46% dos estudantes acessam as aulas online apenas por celular, o que pode limitar a experiência de aprendizado; A mudança brusca nos métodos de ensino está afetando tanto alunos quanto professores que não estavam preparados para essa súbita transferência das aulas para o ambiente online; A questão emocional – medo, ansiedade e estresse têm atrapalhado os estudos; Dificuldade de se organizar para estudar remotamente; Dificuldade em interagir para tirar dúvidas com os professores; Falta de um ambiente adequado para estudar; Queda da renda familiar ou pessoal: 3 em cada 10 jovens relataram que tiveram que buscar alguma atividade extra para complementar a renda. Esse cenário é preocupante, pois, mesmo antes da pandemia, a necessidade de trabalhar já era um dos principais motivos de evasão escolar entre estudantes brasileiros.

b) Realidade dos Docentes: 67% dos educadores se sentem ansiosos; 35% se sentem sobrecarregados; 34% estão estressados; Entre as razões que pesam na saúde mental dos professores estão a preocupação com a saúde própria e a dos familiares, além dos obstáculos que eles estão enfrentando nesse novo modelo de educação remota; aliás, 88% dos professores entrevistados disseram nunca ter dado aulas online antes da paralisação das escolas por conta da pandemia. Além disso, quase todos afirmaram que se sentem pouco ou nada preparados para essa atividade; A falta de apoio das escolas também contribui para a carga emocional dos educadores. Afinal, 75% não estão recebendo suporte psicológico e 55% afirmaram não ter recebido nenhum tipo de treinamento para dar aulas remotamente.

Ademais, somado a esses obstáculos, o estudo desenvolvido pelo Instituto Península também identificou que muitos professores estão tendo dificuldades porque precisam compartilhar seu computador com a família – o que atrapalha o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

Metodologia

No que diz respeito ao percurso metodológico utilizado para atingir o objetivo proposto de analisar os impactos da Covid-19 sobre os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero fez-se uso da pesquisa qualitativa do tipo descritiva e explicativa com a finalidade de estudar diversas abordagens de um mesmo assunto.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que sua análise parte de materiais já publicados e disponíveis através de livros, artigos, teses, documentos dentre outros considerados fontes relevantes e determinantes para a construção da fundamentação teórica de todo este estudo.

Considerações Finais

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pactuada em 2015 por 193 países membros, aborda os maiores desafios mundiais e fortalece dois princípios básicos para uma vida com respeito e dignidade: os direitos humanos e a igualdade de gênero.

O pacto exige avanços nas estatísticas, no financiamento e nas políticas para proporcionar uma educação de qualidade para todos e o empoderamento de mulheres e meninas, uma vez que o desenvolvimento só será sustentável se seus benefícios chegarem por igual a todos. Para tanto, considera-se os ODS' s 4 e 5 com características transversais e que incidem sobre todos os outros objetivos da Agenda 2030, que por sua vez, configuram-se como um pacto global.

No plano educacional (ODS 4), segundo dados da ONU, em meados de 2020, no mundo, 500 milhões de estudantes não tinham acesso remoto à educação; o as taxas de crianças que conseguiram completar os seus estudos revelou um abismo ainda maior entre a população mais rica (79%) e aquela mais pobre (34%); o 65% das escolas de ensino primário não dispunham de infraestrutura básica para a lavagem das mãos.

Ademais, temos uma quantidade muito elevada de crianças que se alimentam de forma garantida no ambiente escolar e que 30% dos estudantes só dispõem da merenda oferecida nas escolas como garantia de uma refeição de qualidade. As escolas fechadas também expuseram estas crianças à fome e à insegurança alimentar.

O que dizer das crianças em idade de alfabetização, que tiveram de se adaptar ao ensino em casa, quando possível, dependendo da disponibilidade dos pais?

No cenário pré-pandêmico, estimava-se que em torno de 200 milhões de crianças estariam fora das salas de aula até 2030. Esse número certamente é maior agora. A dificuldade no acesso ao ensino remoto e a necessidade de ampliação de renda nas famílias que perderam empregos com a crise atual contribuíram para a evasão escolar de milhares de jovens.

E como vimos, 20 milhões dos domicílios no Brasil não possuem acesso à internet; 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa; faltam ferramentas adequadas ao ensino remoto; parte dos estudantes não conseguiu se organizar para as aulas ou dispunham de um ambiente adequado; parte precisaram sair para trabalhar de forma a complementar a renda individual ou familiar, dentre outras situações apontadas nas pesquisas.

E os professores, que de repente foram obrigados a se reinventar diante da necessidade do ensino virtual, a falta de capacitação sobre o uso das ferramentas online ou mesmo a falta de computadores com acesso à internet representaram e ainda representam um obstáculo ao desempenho de suas atividades.

No plano da igualdade de gênero (ODS nº 5), o cenário pré-pandêmico apresentava um gradativo progresso mundial, já que, nos últimos tempos, cresceu o número de mulheres em postos de liderança e diminuiu a quantidade de meninas forçadas ao casamento em idade precoce.

No entanto, a epidemia de coronavírus causou outros problemas: expôs um aumento de 30% na incidência de violência doméstica em função do confinamento, bem como maior demanda feminina em trabalho não remunerado. Isso sem mencionar os elevados índices de exaustão de trabalhadoras que, em teletrabalho, acumularam também tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Também temos observado um elevado número de mulheres que perderam a vida em conflitos com maridos, namorados ou foram violentadas física, emocionalmente ou sexualmente.

Infelizmente a pandemia ainda não acabou e não temos resposta para inúmeras perguntas bem como não sabemos em que momento poderemos alcançar os resultados das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

Referências

BARBOSA, G. S. Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Revista Visões, 4ª Edição, nº 4, v. 1, jan-jun, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <https://www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

CETESB-SP. Conferências Internacionais. 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

GOLDEMBERG, J; BARBOSA, L. M. A Legislação Ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <http://www.eco21.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Proposta do Observatório do Clima para a Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

IPEA. Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20. Relatório de Atividades do Ipea - 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

JONES JR, J; LACERDA, P; SILVA, F. Desenvolvimento Sustentável e Química Verde. Quim Nova, v. 28, n. 1, 103-110, 2005.

MARTINS, J. P. S. A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio +10. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MUNIZ, L; SANT'ANA JÚNIOR, H. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, C. (Org.). Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá. São Luís: Edufma, 2009.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://www.legal.un.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. The Future We Want. 2012. Disponível em: <https://www.rio20.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. 2002. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU Mulheres. Por um Planeta 50-50 em 2030. 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

PEREIRA, Francine. O impacto da Covid-19 na Agenda 2030 e o futuro pós-pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.aeconomiab.com/impacto-pandemia-covid-19-agenda-2030>. Acesso em: 20 jul 2021.

PEREIRA, Francine. Evolução dos ODS: Educação de qualidade e Igualdade de gênero. 2020. Disponível em: <https://www.aeconomiab.com/educacao-de-qualidade-e-igualdade-de-genero-ods>/Acesso em: 10 jul 2021.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. Revista da USP. Estudos Avançados 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 30 jan 2021.